



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2024

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2024

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

INTRODUÇÃO

A CAMÂMRA MUNICIPAL DE ARCOVERDE/PE, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. 014/2024, realizará processo de Dispensa, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislação aplicável, consoante descrição do objeto e características da prestação/ fornecimento abaixo discriminadas.

Os interessados podem apresentar propostas de preços no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da data da publicação de 26 de novembro 2024, até o dia 29 de novembro de 2024.

Formalização de consultas: os fornecedores interessados poderão formular consulta através do próprio e-mail: camaramunicipal@arcoverde.pe.leg.br, as quais serão respondidas mediante envio de e-mail ao licitante solicitante, com cópia para todos os fornecedores que houverem solicitado cópia deste termo de referência.

EVENTO	DESCRIÇÃO	DATA	HORÁRIO
001	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS - INÍCIO	26/11/2024	07h00
002	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS – FINAL	29/11/2024	07h30
003	INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA/LANCES	29/11/2024	14h00 às 17h00
LOCALIZAÇÃO DO EDITAL: http://www.bnc.org.br/			

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa fornecedora de materiais gráficos, para a Câmara Municipal de Arcoverde-PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 QUADRO DE QUANTIDADE E PREÇOS ESTIMADOS

Nº	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE AGENDA PERSONALIZADA, COMERCIAL, COM ESPIRAL, MEDINDO 100,00X80,00MM, CAPA EM COUCHE, COM 230G/M2, COLORIDA, COM 100 FOLHAS, PAPELOFFSET, DE 75GM/2, DO PROXIMO ANO	UND	100	53,26	5.326,00
2	SERVICO DE CONFECCAO DE PASTA COM BOLSO - DO TIPO PASTA, EM PAPEL TRIPLEX, 300 G / M2 ,MEDINDO 320,00X260,00MM, EM 4/0	UND	100	7,83	783,00



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



	CORES,COM BOLSO				
3	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ENVELOPE BRANCO, TAMANHO A4, MEDINDO 24X34CM, PAPEL GRAMATURA 80G, TIMBRADO COM ARTE A SER FORNCEDIDA PELA CONTRATANTE.	UND	300	0,82	246,00
4	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 100 FOLHAS.BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 100 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM.	UND	100	10,08	1.008,00
5	CONVITES INSTITUCIONAL EM POLICROMIA FOLHAS 180 G, DESCRIÇÃO: IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO, TIPO, CONVITE, GRAMATURA, 300G,M2, COMPRIMENTO, 148MM, LARGURA: 105MM, COR, 4,4 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME ARTE DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	100	4,77	477,00
6	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DE IDENTIFICAO - DO TIPO CRACHA,EM PVC CRISTAL,MEDINDO 8,60X5,40CM,COM FOTO DIGITALIZADA,IMPRESSAO EM 4/4 CORES,COM CORDAO PERSONALIZADOARTE A SER DEFINADA PELA CONTRATANTE	UND	100	12,29	1.229,00
7	PANFLETOS COLORIDO COUCHE 150G. 15,5X22 CM 4X4 CORES IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	5000	0,82	4.100,00
8	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 50 FOLHAS .BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 50 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM..	UND	200	5,10	1.020,00



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



9	CALENDÁRIO DE MESA. BASE: PAPEL CARTÃO 350 G/M², TAMANHO 29,7 CM X 21 CM (L/A) (ABERTO), 4X0 CORES, 3 DOBRAS. MIOLO: 10 LÂMINAS PAPEL COUCHÊ FOSCO 220 G/M², TAMANHO 9,8 CM X 21 CM, 4XCORES, CORTE RETO. ACABAMENTO EM ESPIRAL WIRE-O NA COR BRANCA.	UND	200	12,63	2.526,00
10	CONFECÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO • FORMATO: 36CM 25,9 CM. • COR: BRANCO. • ACABAMENTO: PAPEL OFF- SET, 90G. • COM O LOGOTIPO, TELEFONE E ENDEREÇO DO CISLAGOS	UND	300	0,76	228,00
11	CONFECÇÃO DE ADESIVOS, INSTALAÇÃO DE PECAS, ADESIVO EM VINIL, COMUNICAÇÃO VISUAL, MEDINDO 4X0, SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PRODUTOS GRÁFICOS DE SINALIZAÇÃO - DO TIPO PLACA DE SINALIZAÇÃO INTERNA, EM PVC RÍGIDO, COM RECORTE ESPECIAL A LASER, COM ACABAMENTO CIRCULAR NAS BORDAS, IMPRESSÃO EM 4/0 CORES, MEDINDO 76,50 X 65,00 CM.	UND	40	50,63	2.025,20

1.4 O Valor estimado total para a contratação para o Câmara Municipal de Arcoverde é de **R\$18.968,20** (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 Os recursos orçamentários alocados para o pagamento do objeto da contratação oriunda da dispensa são oriundos da seguinte dotação orçamentária para o exercício 2024:

Unidade gestora: 2 - Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde

Órgão orçamentário: 1000 - Câmara Municipal

Unidade orçamentária: 1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Programa: 101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 2.37 - Gestão Administrativa do Poder Legislativo

Despesa 251 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1 - MSC/STN - 1.501.0000-Recursos Próprios

3 DA CONDIÇÃO PARTICIPAÇÃO MEDIANTE COTAÇÃO

3.1 Poderão fornecer cotação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto referido neste termo de referência e que atendam as condições no mesmo constantes.

3.1.1 Os fornecedores interessados poderão formular consulta através do próprio site <http://www.bnc.org.br/sistema>.

3.1.2 Não poderão apresentar cotação os interessados impedidos ou proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, assim como os que não atendam às condições deste termo de referência;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



4 INGRESSO NO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente pelo site <http://www.bnc.org.br/sistema> a proposta com a descrição do objeto ofertado (obs.: em caso de avisos para cotação de produtos, a proposta indicará a marca do produto, e o preço), devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber em relação à respectiva atividade; e

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

VII- Declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vincularão a Contratada.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

4.3.1 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 4.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7 Uma vez enviada a proposta para o site indicado, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1 A CPL realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;
- 5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.
- 5.3 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (Sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.4.1 Contiver vícios insanáveis
 - 5.4.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 5.5 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.5.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.5.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

- 6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação (condição de contratação) constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado na avaliação de preços de proposta.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Fornecedores do Município;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 6.5 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.7 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.7.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado à contratação.

7 DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (Cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



7.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4 O prazo de vigência da contratação será de 4 meses.

7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.13 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme Normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 Os atos referentes ao procedimento prévio de solicitação de cotação para fins de dispensa serão divulgados pelo Diário Oficial dos Municípios (AMUPE) e encaminhados no site, via “chat” por mensagem eletrônica.
- 9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
 - 9.13.2 ANEXO II- Estudo Técnico preliminar
 - 9.13.3 ANEXO III - Termo de Referência;
 - 9.13.4 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Arcoverde 25 de novembro de 2024

KLEBER ROBERTO VIEIRA RAMOS
PREGOEIRO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.0 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - 1.2.1 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
 - 1.2.2 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 1.2.3 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
 - 1.2.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

1.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 1.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;
- 1.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.3.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

- 1.3.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 1.3.9 A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 1.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 1.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 1.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 1.4.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 1.4.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 1.4.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 1.4.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 1.4.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 1.4.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.5 Documentos para verificação da capacidade técnica:

- 1.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste Termo de Referência, por intermédio de atestado ou declaração em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:
- 1.5.2 Que o licitante já executou os serviços objeto desta licitação com um número igual ou superior ao quantitativo do Termo de Referência;
- 1.5.3 É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 1.5.4 Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 1.6 É expressamente vedado à **Contratada**:
1. A veiculação de publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da **Câmara Municipal de Arcoverde-PE**;
 2. A subcontratação para a execução/entrega do objeto deste Termo de Referência;
 3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **Administração Pública Municipal**, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linhareta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

KLEBER ROBERTO VIEIRA RAMOS

PRESIDENTE DA CPL



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS

INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), elevou o planejamento das licitações ao status de princípio fundamental, fornecendo aos gestores públicos ferramentas essenciais para uma governança mais eficaz e para a aplicação concreta desse princípio. As contratações públicas são, assim, instrumentos estratégicos para a implementação de políticas públicas, sendo que seu adequado planejamento resulta em contratações significativamente mais eficientes e alinhadas aos interesses da administração pública.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA (Art. 18, §1º, I)

A aquisição de materiais gráficos justifica-se pela necessidade de atender às demandas institucionais de comunicação e suporte administrativo, essenciais para a execução das atividades da Câmara de Vereadores. Os materiais gráficos são indispensáveis para o uso cotidiano em documentos oficiais e materiais internos que garantem a eficiência operacional da administração pública. Portanto, a contratação



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



busca atender ao interesse público, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a melhoria contínua dos serviços ofertados.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, II)

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, contudo, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, III)

A contratação de empresa para fornecimento de materiais gráficos deve atender a requisitos mínimos que garantam a qualidade, a eficiência e a conformidade com as necessidades administrativas, além de promover práticas sustentáveis. Para a habilitação, a empresa contratada deverá apresentar a documentação exigida em lei, incluindo registro válido no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, alvará de funcionamento e, se aplicável, certificações técnicas relacionadas à atividade.

Além disso, exige-se que a empresa demonstre capacidade técnica por meio da apresentação de portfólio ou amostras dos materiais gráficos solicitados, assegurando a adequação às especificações necessárias. Todos os materiais fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, quando aplicáveis, garantindo qualidade e padronização.

A contratação deverá incorporar critérios de sustentabilidade, incentivando a utilização de materiais recicláveis ou provenientes de fontes renováveis, e processos de produção que minimizem impactos ambientais. Práticas sociais, como a priorização de fornecedores que promovam a inclusão e a diversidade em seu quadro funcional, também serão consideradas. Do ponto de vista econômico, a contratação deverá buscar o melhor custo-benefício, assegurando a eficiência do gasto público e o atendimento pleno às necessidades institucionais.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, IV e VI)

A quantidade estimada foi definida com base nas necessidades específicas do órgão demandante, enquanto a estimativa de valor foi obtida a partir de uma pesquisa de preços realizada em bancos de dados eletrônicos especializados. O cálculo foi realizado utilizando a média aritmética dos valores coletados. Com essas informações, chegou-se ao **valor médio estimado de R\$ 18.968,20 (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)** para a aquisição de materiais gráficos, conforme detalhado a seguir:

Nº	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
----	----------------------	------	-------	------------	-------------



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



1	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE AGENDA PERSONALIZADA, COMERCIAL, COM ESPIRAL, MEDINDO 100,00X80,00MM, CAPA EM COUCHE, COM 230G/M2, COLORIDA, COM 100 FOLHAS, PAPELOFFSET, DE 75GM/2, DO PROXIMO ANO	UND	100	53,26	5.326,00
2	SERVICO DE CONFECCAO DE PASTA COM BOLSO -DO TIPO PASTA, EM PAPEL TRIPLEX, 300 G / M2 ,MEDINDO 320,00X260,00MM, EM 4/0 CORES, COM BOLSO	UND	100	7,83	783,00
3	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE ENVELOPE BRANCO, TAMANHO A4, MEDINDO 24X34CM, PAPEL GRAMATURA 80G, TIMBRADO COM ARTE A SER FORNCEDIDA PELA CONTRATANTE.	UND	300	0,82	246,00
4	CONFEÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 100 FOLHAS. BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 100 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM.	UND	100	10,08	1.008,00
5	CONVITES INSTITUCIONAL EM POLICROMIA FOLHAS 180 G, DESCRIÇÃO: IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO, TIPO, CONVITE, GRAMATURA, 300G,M2, COMPRIMENTO, 148MM, LARGURA: 105MM, COR, 4,4 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME ARTE DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	100	4,77	477,00



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



6	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DE IDENTIFICAO - DO TIPO CRACHA, EM PVC CRISTAL, MEDINDO 8,60X5,40CM, COM FOTO DIGITALIZADA, IMPRESSAO EM 4/4 CORES, COM CORDAO PERSONALIZADO ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	100	12,29	1.229,00
7	PANFLETOS COLORIDO COUCHE 150G. 15,5X22 CM 4X4 CORES IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	5000	0,82	4.100,00
8	CONFECCÃO DE BLOCO DE NOTAS 50 FOLHAS .BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 50 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM..	UND	200	5,10	1.020,00
9	CALENDÁRIO DE MESA. BASE: PAPEL CARTÃO 350 G/M², TAMANHO 29,7 CM X 21 CM (L/A) (ABERTO), 4X0 CORES, 3 DOBRAS. MIOLO: 10 LÂMINAS PAPEL COUCHÊ FOSCO 220 G/M², TAMANHO 9,8 CM X 21 CM, 4XCORES, CORTE RETO. ACABAMENTO EM ESPIRAL WIRE-O NA COR BRANCA.	UND	200	12,63	2.526,00
10	CONFECCÃO DE ENVELOPE TIMBRADO • FORMATO: 36CM 25,9 CM. • COR: BRANCO. • ACABAMENTO: PAPEL OFF-SET, 90G. • COM O LOGOTIPO, TELEFONE E ENDEREÇO DO CISLAGOS	UND	300	0,76	228,00
11	CONFECCAO DE ADESIVOS, INSTALACAO DE PECAS, ADESIVO EM VINIL, COMUNICACAO VISUAL, MEDINDO 4X0, SERVICO DE CONFECCAO DE PRODUTOS GRAFICOS DE SINALIZACAO - DO TIPO PLACA DE SINALIZACAO INTERNA, EM PVC RIGIDO, COM RECORTE ESPECIAL A	UND	40	50,63	2.025,20



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



LASER, COM ACABAMENTO CIRCULAR NAS BORDAS, IMPRESSÃO EM 4/0 CORES, MEDINDO 76,50 X 65,00 CM.				
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$18.968,20 (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)			

Considerando a média dos preços levantados entende-se, também, que os preços coletados utilizados para o orçamento apresentado estão de acordo com os característicos do mercado, representando capacidade de elegibilidade.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, V)

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para a demanda, sendo estudados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos, por meio de consultas em sites.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, § 1º, VII)

A solução escolhida para a contratação de empresa fornecedora de materiais gráficos consiste na aquisição integrada de itens necessários para atender às demandas do órgão demandante, garantindo qualidade, eficiência e conformidade com as especificações técnicas definidas. A contratação abrangerá a produção, entrega e, quando aplicável, assistência técnica dos materiais gráficos, assegurando que os produtos atendam às finalidades propostas.

Sendo assim, a empresa contratada deverá fornecer materiais confeccionados em conformidade com as normas técnicas e com uso de insumos de qualidade, promovendo a durabilidade e a funcionalidade dos itens. Ainda, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade, como a utilização de papéis reciclados ou de origem certificada, e o descarte adequado de resíduos gerados durante o processo de produção.

A solução também deverá levar em consideração o ciclo de vida útil dos materiais, garantindo que eles cumpram sua finalidade até o consumo final, além de prever eventuais necessidades de substituição ou adequação. A logística de entrega deverá ser planejada para atender aos prazos estabelecidos, minimizando interrupções nas atividades institucionais. Todos esses elementos serão detalhados no Termo de Referência ou Projeto Básico, assegurando que a contratação alcance os resultados pretendidos pela administração de forma integrada e eficiente.

7. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO (Art. 18, § 1º, VIII)



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



Para a solução em questão, após análise técnica e econômica, concluiu-se que o parcelamento do objeto não é viável para esta contratação. A aquisição de materiais gráficos de forma não parcelada assegura economia de escala, reduz custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos e proporciona maior eficiência no processo de produção e entrega, evitando atrasos e inconsistências que poderiam surgir com fornecedores distintos.

Além disso, o objeto contratado exige padronização e conformidade com especificações técnicas uniformes, o que seria dificultado se fosse adotado o parcelamento da solução. A contratação integral também evita riscos ao conjunto pretendido, garantindo uma solução integrada que melhor atende às necessidades do órgão demandante.

Por fim, o não parcelamento do objeto não limita a competitividade do certame, pois o mercado apresenta ampla capacidade de atender à demanda globalmente, sem prejuízo às peculiaridades locais. Assim, a solução integral é a mais vantajosa para a administração, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, IX)

Com a presente contratação, espera-se alcançar resultados que promovam economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos. A centralização da aquisição assegurará a obtenção de materiais de qualidade por um custo mais vantajoso à administração pública, evitando desperdícios e otimizando os recursos financeiros disponíveis.

Além disso, a contratação permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e materiais, ao garantir o fornecimento regular e padronizado dos itens necessários, evitando interrupções nas atividades administrativas e institucionais. O atendimento ágil e consistente das demandas possibilitará maior produtividade e eficiência no desempenho das funções do órgão demandante, beneficiando diretamente a prestação de serviços à população.

Por fim, a solução descrita demonstra-se ser a mais vantajosa, baseada em pesquisa de mercado e análise técnica, garantindo o uso racional dos recursos disponíveis, promovendo um equilíbrio entre custo e qualidade e assegurando que os objetivos da contratação sejam plenamente atingidos.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, § 1º, X)

Em razão do grau de complexidade da contratação não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, XI)

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, § 1º, XII)

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (Art. 18, § 1º, XIII)

O estudo preliminar evidenciou que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Arcoverde, 25 de novembro de 2024

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE Câmara Municipal de Arcoverde



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. **CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS**, destinado a suprir as demandas da Câmara Municipal de Arcoverde – PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.
- 1.2. A presente contratação, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, adotando como critério de julgamento o **MENOR PREÇO**.
- 1.3. Anexos a este Termo de Referência, encontram-se o elenco de itens a serem adquiridos, com respectivas descrições, unidades de medidas e quantidades.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa para o fornecimento de materiais gráficos justifica-se pela necessidade de atender às demandas institucionais de comunicação e suporte administrativo, essenciais para a execução das atividades públicas e prestação de serviços à população. Os materiais gráficos são indispensáveis para ações de divulgação de campanhas institucionais, programas governamentais, eventos, capacitações, além do uso cotidiano em documentos oficiais e materiais internos que garantem a eficiência operacional da administração pública.

Essa necessidade foi identificada a partir da crescente demanda por materiais gráficos de qualidade e adequados às finalidades propostas, como panfletos, cartazes, banners, folders, manuais, entre outros. Esses itens são fundamentais para promover transparência, informar a sociedade sobre projetos e iniciativas, e proporcionar um atendimento eficiente e organizado aos cidadãos. Portanto, a contratação busca atender ao interesse público, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a melhoria contínua dos serviços ofertados.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1. Fornecer informações relevantes e esclarecimentos relativos ao objeto, colaborando com a execução do contrato e a garantia da qualidade.
- 3.2. Efetuar o pagamento mediante a prestação completa do serviço e apresentação da Nota Fiscal, com as devidas retenções de impostos.
- 3.3. Fiscalizar a prestação do serviço contratado conforme prazos e condições estabelecidos.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



3.4. Informar a Contratada, por escrito, sobre qualquer irregularidade identificada, para que sejam feitos ajustes ou substituições.

3.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, verificando rigorosamente a conformidade do objeto com as especificações previstas na proposta, para efeito de aceitação e recebimento, em conformidade com a Lei 14.133/21.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2. Entrar em contato com a Contratante para, após reunião presencial ou remota, receber a indicação do modelo de referência dos itens a serem personalizados, conforme critérios definidos pelo órgão demandante.

4.3. Realizar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

4.4. Responsabilizar-se pela garantia da qualidade dos itens, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.

4.5. Informar à Contratante, até prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega dos itens, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.6. Enviar DANFE e arquivo das notas fiscais para o e-mail: camaradearcoverdecpl2022@gmail.com.

4.7. É expressamente vedado à **Contratada**:

- a) A veiculação de publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da **Câmara de Vereadores de Arcoverde-PE**;
- b) A subcontratação para a execução/entrega do objeto deste Termo de Referência.

5. RECEBIMENTO, PRAZO, CRONOGRAMA E FORMA DE ENTREGA

5.1. O cumprimento da obrigação pactuada somente será considerado após o devido aceite por parte dos gestores do contrato.

5.2. A data de entrega dos itens, objeto deste Termo de Referência, será de forma imediata, contados a partir da assinatura/recebimento do Contrato/Ordem de Compra/Serviço, por conta e risco do fornecedor e com todos os impostos inclusos.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 5.4. A entrega dos itens, objeto desta contratação, deverá ocorrer no seguinte endereço: Av. Cel. Antônio Japiassú, 600- Centro, Arcoverde- PE, 56506-100.
- 5.5. A critério do órgão demandante, os pedidos de prorrogação de prazo da entrega dos itens só serão examinados quando formulados, por escrito, até o prazo limite de entrega.
- 5.6. Os demonstrativos dos bens que serão fornecidos serão apresentados provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, ao(à) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para que seja verificada a conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência e na proposta apresentada. A aprovação definitiva ocorrerá após essa verificação, assegurando que todos os requisitos tenham sido plenamente atendidos.
- 5.7. Os itens poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.8. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (dias) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO MATERIAL/SERVIÇO

Nº	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE AGENDA PERSONALIZADA, COMERCIAL, COM ESPIRAL, MEDINDO 100,00X80,00MM, CAPA EM COUCHE, COM 230G/M2, COLORIDA, COM 100 FOLHAS, PAPELOFFSET, DE 75GM/2, DO PROXIMO ANO	UND	100	53,26	5.326,00
2	SERVICO DE CONFECCAO DE PASTA COM BOLSO -DO TIPO PASTA, EM PAPEL TRIPLEX, 300 G / M2 ,MEDINDO 320,00X260,00MM, EM 4/0 CORES, COM BOLSO	UND	100	7,83	783,00



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



3	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ENVELOPE BRANCO , TAMANHO A4, MEDINDO 24X34CM, PAPEL GRAMATURA 80G, TIMBRADO COM ARTE A SER FORNCEDIDA PELA CONTRATANTE.	UND	300	0,82	246,00
4	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 100 FOLHAS .BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 100 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM.	UND	100	10,08	1.008,00
5	CONVITES INSTITUCIONAL EM POLICROMIA FOLHAS 180 G , DESCRIÇÃO: IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO, TIPO, CONVITE, GRAMATURA, 300G,M2, COMPRIMENTO, 148MM, LARGURA: 105MM, COR, 4,4 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME ARTE DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	100	4,77	477,00
6	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DE IDENTIFICAO - DO TIPO CRACHA,EM PVC CRISTAL,MEDINDO 8,60X5,40CM,COM FOTO DIGITALIZADA,IMPRESSAO EM 4/4 CORES,COM CORDAO PERSONALIZADOARTE A SER DEFINADA PELA CONTRATANTE	UND	100	12,29	1.229,00
7	PANFLETOS COLORIDO COUCHE 150G . 15,5X22 CM 4X4 CORES IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	5000	0,82	4.100,00
8	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 50 FOLHAS .BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM	UND	200	5,10	1.020,00



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



	COUCHÊ LISO 230G/M ² , COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 50 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M ² , COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM..				
9	CALENDÁRIO DE MESA. BASE: PAPEL CARTÃO 350 G/M ² , TAMANHO 29,7 CM X 21 CM (L/A) (ABERTO), 4X0 CORES, 3 DOBRAS. MIOLO: 10 LÂMINAS PAPEL COUCHÊ FOSCO 220 G/M ² , TAMANHO 9,8 CM X 21 CM, 4XCORES, CORTE RETO. ACABAMENTO EM ESPIRAL WIRE-O NA COR BRANCA.	UND	200	12,63	2.526,00
10	CONFEÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO • FORMATO: 36CM 25,9 CM. • COR: BRANCO. • ACABAMENTO: PAPEL OFF-SET, 90G. • COM O LOGOTIPO, TELEFONE E ENDEREÇO DO CISLAGOS	UND	300	0,76	228,00
11	CONFECCAO DE ADESIVOS, INSTALACAO DE PECAS, ADESIVO EM VINIL, COMUNICACAO VISUAL, MEDINDO4X0, SERVICO DE CONFECCAO DE RODUTOS GRAFICOS DE SINALIZACAO - DO TIPO PLACA DE SINALIZACAO INTERNA,EM PVC RIGIDO, COM RECORTE ESPECIAL A LASER, COM ACABAMENTO CIRCULAR NAS BORDAS,IMPRESSAO EM 4/0 CORES, MEDINDO 76,50 X 65,00 CM.	UND	40	50,63	2.025,20
VALOR TOTAL ESTIMADO:		R\$18.968,20 (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)			

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após autorização do setor competente, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela empresa contratada.

7.2. A contratada promoverá a retenção, quando for o caso, de todo e qualquer tributo devido em decorrência do presente contrato, na forma da legislação vigente.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



7.3. De acordo com a legislação municipal, todas as empresas prestadoras de serviços estabelecidas fora do município de Arcoverde e que emitirem Nota fiscal autorizada por outro município para tomador de serviço estabelecido no município de origem, são obrigadas a efetuar o cadastro na Prefeitura Municipal de Arcoverde.

7.4. Sobre os valores referentes a prestação de serviços, serão retidos, na fonte, pela Contratada, o percentual correspondente ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/Pasep, na forma definida pelas Instruções Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal (IN 1.234/2012), bem como as alíquotas correspondentes ao INSS e ISSQN, quando for o caso, cabendo à Contratada destacar os percentuais devidos, quando da emissão das Notas Fiscais/Faturas.

7.5. Em caso, da CONTRATADA se enquadrar no artigo 4º incisos III, IV ou XI da Instrução Normativa – RFB n.º 1.234/2012, esta deverá no ato da assinatura do Instrumento Contratual, apresentar 02 (duas) vias originais da declaração em conformidade com os modelos específicos na Instrução Normativa e em suas respectivas alterações.

- a) As 02 (duas) vias citadas declarações deverão ser encaminhadas na forma original, assinadas e datadas conforme o dia do recebimento da Ordem de Compra/Serviço;
- b) A declaração original, poderá ser apresentada por meio eletrônico, com utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), desde que, no documento a ser arquivado conste a assinatura digital do representante legal e a respectiva data de assinatura, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.
- c) A Contratada deverá informar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara de Vereadores de Arcoverde poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções: a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

8.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva contratada.

8.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Embrapa ou cobrada judicialmente.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 8.4. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” da subseção 8.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” da mesma subseção 8.1.
- 8.5. Caberá apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção
- 8.6. As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.
- 8.7. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - g) não mantiver a proposta;
 - h) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - i) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº12.846/2013.
- 8.8. A Contratante deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.
- 8.9. Além do previsto nos subitens anteriores, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no Regulamento de Licitações, contratos e convênios da Administração, a contratante poderá aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Administração Pública:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
- 8.10. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 8.11. Das penalidades de que tratam as alíneas “a” e “b” cabe recurso ou pedido de representação na forma da legislação em vigor.
- 8.12. A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da contratante, mediante justificativa, não recomende a



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa na forma da alínea “c” do item 8.1 infra.

8.13. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- a) recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ordem de Compra/Serviço - OCS no prazo estabelecido: 10% (dez por cento) sobre o valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS;
- b) atraso na entrega do objeto da licitação, ou parte dele, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), por dia de atraso, sobre o valor do produto não entregue, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS, o que ensejará a rescisão contratual;
- c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS para cada evento.

8.14. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

8.15. As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da contratante, através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, podendo a contratante descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à do fornecedor e/ou da garantia prestada (quando for o caso).

8.16. Se o valor a ser descontado pela contratante for insuficiente, ficará o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação oficial.

8.17. O valor total das multas, aplicadas na vigência da Ordem de Compra/Serviço - OCS, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global, o que ensejará a sua rescisão.

9. PREÇO

O valor proposto deve incluir todas as despesas relacionadas ao objeto, inclusive taxas, impostos, frete e seguros.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Em se tratando de licitação que adota orçamento estimado não sigiloso, mediante menor preço, o valor estimado para a presente contratação destinada a atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Arcoverde-PE, conforme planilha anexada aos autos do processo, é de **R\$18.968,20 (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)**.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara municipal de Arcoverde para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Unidade gestora: 2 - Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde

Órgão orçamentário: 1000 - Câmara Municipal

Unidade orçamentária: 1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Programa: 101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 2.37 - Gestão Administrativa do Poder Legislativo

Despesa 251 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1 - MSC/STN - 1.501.0000-Recursos Próprios

12. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos neste Termo, será verificado mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- d) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- f) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- g) As consultas aos cadastros mencionados nas letras "b", "c", "d" e "e", anteriores, poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), conforme o caso.

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.3. Documentos para a habilitação jurídica:

12.3.1. No caso de **pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.3.2. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



- 12.3.3. Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 12.3.4. No caso de **sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.3.4.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 12.3.5. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local desua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 12.3.6. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 12.3.7. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**: decreto de autorização;
- 12.4. Após a apresentação de tais documentos a Embrapa Territorial examinará a compatibilidade entre o ramo de atividade da licitante e o objeto desta licitação, o que poderá ser verificado, inclusive, por intermédio do Código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) constante na Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica da licitante junto à Receita Federal;
- 12.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.
- 12.6. **Documentos para Comprovação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**
- 12.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 12.8. Prova de regularidade fiscal, incluindo
- 12.8.1. Regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cobrindo créditos tributários



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



federais e a Dívida Ativa da União, inclusive aqueles referentes à Seguridade Social, conforme a Portaria Conjunta nº 1.751/2014.

12.8.2. Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, para a atividade exercida.

12.8.3. Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.9. Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante declaração emitida pela Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou equivalente.

12.10. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT.

13. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, do modelo em anexo a este Termo de Referência, contendo:

- a) Dados cadastrais completos, incluindo telefone e e-mail;
- b) Valor unitário e total;
- c) Marca, Modelo e Fabricante, se for o caso;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do

Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

13.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

13.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da contratada e aceitação do licitante.

13.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.6. Após encerramento da fase de lances, o licitante vencedor pelo menor preço, deverá enviar proposta detalhada, conforme modelo anexo, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, para o



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



e-mail: camaradearcoverdecpl2022@gmail.com, sobpena de desclassificação. O mesmo prazo de 2 (duas) horas será observado, aos demais licitantes, caso sejam convocados para envio de proposta.

13.7. Como alternativa à assinatura do Contrato/OCS tradicional em papel, e seu envio à Câmara de Vereadores de Arcoverde-PE, as partes, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

14. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

14.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas: I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

14.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), solvência geral (SG) e liquidez corrente (LG), será exigido para fins de habilitação (patrimônio líquido mínimo) de 8,36% até 10% do valor total estimado da contratação.

14.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

14.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



15.1. Comprovação de capacidade técnica, por meio de, no mínimo, 1 (um) atestado ou certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou emitido pelo conselho profissional competente, quando aplicável. Esse documento deve evidenciar que a licitante executou, de forma satisfatória, objeto compatível ou de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior ao especificado neste Termo de Referência, com menção clara ao cumprimento dos prazos, especificações e à qualidade dos serviços prestados.

15.2. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

15.2.1. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

15.2.2. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do agente de contratação e da sua equipe de apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

15.2.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.2.4. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

16. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.3. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

16.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

16.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

16.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

16.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

16.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

16.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

16.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

16.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

16.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

16.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

16.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

16.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

16.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16.20. A contratada deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



16.21. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO OU AJUSTE

17.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no edital, observado o disposto nos art. 111 da Lei 14.133/21.

17.2. A contratação de forma não parcelada visa garantir a imediata e eventual prestação do serviço, atendendo de forma eficiente a necessidade da administração pública.

17.3. Em caso de necessidade de prorrogação de prazo, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

18. DA RESCISÃO

A rescisão do contrato se dará nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Arcoverde, 25 de novembro de 2024

KLEBER ROBERTO VIEIRA RAMOS
PREGOEIRO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº/2024

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS. QUE CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE, E, DE OUTRO, A EMPRESA, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE INSTRUMENTO.

A **CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE**, com sede no(a), na cidade de Arcoverde-PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de ... de de 20..., publicada no *DOU* de ... de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, da Dispensa n. ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de fornecedores para a aquisição de materiais gráficos, destinado a suprir as demandas da Câmara Municipal de Arcoverde – PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



Nº	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE AGENDA PERSONALIZADA, COMERCIAL, COM ESPIRAL, MEDINDO 100,00X80,00MM, CAPA EM COUCHE, COM 230G/M2, COLORIDA, COM 100 FOLHAS, PAPELOFFSET, DE 75GM/2, DO PROXIMO ANO	UND	100	53,26	5.326,00
2	SERVICO DE CONFECCAO DE PASTA COM BOLSO -DO TIPO PASTA, EM PAPEL TRIPLEX, 300 G / M2 ,MEDINDO 320,00X260,00MM, EM 4/0 CORES, COM BOLSO	UND	100	7,83	783,00
3	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE ENVELOPE BRANCO, TAMANHO A4, MEDINDO 24X34CM, PAPEL GRAMATURA 80G, TIMBRADO COM ARTE A SER FORNCEDIDA PELA CONTRATANTE.	UND	300	0,82	246,00
4	CONFEÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 100 FOLHAS. BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 100 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM.	UND	100	10,08	1.008,00
5	CONVITES INSTITUCIONAL EM POLICROMIA FOLHAS 180 G, DESCRIÇÃO: IMPRESSO PADRONIZADO, MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO, TIPO, CONVITE, GRAMATURA, 300G,M2, COMPRIMENTO, 148MM, LARGURA: 105MM, COR, 4,4 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME ARTE DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	100	4,77	477,00



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



6	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DE IDENTIFICAO - DO TIPO CRACHA, EM PVC CRISTAL, MEDINDO 8,60X5,40CM, COM FOTO DIGITALIZADA, IMPRESSAO EM 4/4 CORES, COM CORDAO PERSONALIZADO ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	100	12,29	1.229,00
7	PANFLETOS COLORIDO COUCHE 150G. 15,5X22 CM 4X4 CORES IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE	UND	5000	0,82	4.100,00
8	CONFEÇÃO DE BLOCO DE NOTAS 50 FOLHAS .BLOCO DE ANOTAÇÕES PARA EVENTOS, CAPA E CONTRACAPA, FORMATO 31 X 10 CM, 4X0 CORES EM COUCHÊ LISO 230G/M², COM LAMINAÇÃO FOSCA. MIOLO: 15 X 10 CM, 50 FOLHAS, 4X0 CORES, PAPEL OFF-SET 75G/M², COM PICOTE NA PARTE SUPERIOR PARA DESTAQUE DAS FOLHAS. ACABAMENTOS: BLOCAGEM DA CABEÇA COM COLA BRANCA, LOMBADA 5MM, DOIS VINCOS NA CAPA E COLAGEM DA CAPA NO MIOLO. IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE EM OFFSET COM..	UND	200	5,10	1.020,00
9	CALENDÁRIO DE MESA. BASE: PAPEL CARTÃO 350 G/M², TAMANHO 29,7 CM X 21 CM (L/A) (ABERTO), 4X0 CORES, 3 DOBRAS. MIOLO: 10 LÂMINAS PAPEL COUCHÊ FOSCO 220 G/M², TAMANHO 9,8 CM X 21 CM, 4XCORES, CORTE RETO. ACABAMENTO EM ESPIRAL WIRE-O NA COR BRANCA.	UND	200	12,63	2.526,00
10	CONFEÇÃO DE ENVELOPE TIMBRADO • FORMATO: 36CM 25,9 CM. • COR: BRANCO. • ACABAMENTO: PAPEL OFF-SET, 90G. • COM O LOGOTIPO, TELEFONE E ENDEREÇO DO CISLAGOS	UND	300	0,76	228,00
11	CONFECCAO DE ADESIVOS, INSTALACAO DE PECAS, ADESIVO EM VINIL, COMUNICACAO VISUAL, MEDINDO 4X0, SERVICO DE CONFECCAO DE PRODUTOS GRAFICOS DE SINALIZACAO - DO TIPO PLACA DE SINALIZACAO INTERNA, EM PVC RIGIDO, COM RECORTE ESPECIAL A	UND	40	50,63	2.025,20



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



LASER, COM ACABAMENTO CIRCULAR NAS BORDAS, IMPRESSÃO EM 4/0 CORES, MEDINDO 76,50 X 65,00 CM.				
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R\$18.968,20 (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/2024, em 06 meses regida por a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$18.968,20 (dezoito mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara municipal de Arcoverde para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

.....

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, e com as consequências indicadas na mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa por motivo de interesse público.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA PRORROGAÇÃO.

14.1. As condições para prorrogação do contrato encontram-se definidas no termo de referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO REAJUSTE.

15.1. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data da celebração do contrato, nos termos do § 8º do art. 25 da Lei nº 14.133/21.

15.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

15.3. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

16. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

16.1. As condições da qualificação econômico-financeira encontram-se definidas no termo de referência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios (AMUPE), assim como deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE
(CASA JAMES PACHECO)



sítio eletrônico oficial (Portal da Transparência) o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, nos termos do art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Arcoverde-PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Arcoverde, 25 de novembro de 2024.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____